

HABEAS CORPUS Nº 547.395 - MG (2019/0350976-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : MARUZAN ALVES DE MACEDO E OUTROS
ADVOGADOS : MARUZAM ALVES DE MACEDO - MG041134
RAMON RIBEIRO DE MACEDO - MG126084
ANDERSON DOS SANTOS DANGELO - MG087656
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOSE SANTOS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSÉ SANTOS SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.099715-5/000.

O Paciente, após representação da Autoridade Policial, teve prisão preventiva decretada em 04/02/2019. A denúncia que lhe imputou a prática do delito previsto no art. 121, § 2.º, incisos II, III e IV, do Código Penal, foi recebida em 22/04/2019.

Indeferido o pedido de revogação da segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (fl. 58):

"HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO – CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA – DECISÃO A QUO FUNDAMENTADA – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR (ART. 312 E ART. 313, I, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL) – INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO – GARANTIA DA APLICAÇÃO DE LEI PENAL – PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS – CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE – IRRELEVÂNCIA. - Não há que se falar em constrangimento ilegal se a decisão que converteu o flagrante em preventiva encontra-se devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade da aplicação da lei penal. - Presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, é possível a manutenção da custódia cautelar quando se tratar de crime punido com pena máxima superior a quatro anos de reclusão, conforme ocorre no caso em análise (art. 313, I do Código de Processo Penal). - As condições favoráveis do paciente não são suficientes para lhe garantir a liberdade provisória, mormente quando presentes outras circunstâncias autorizadoras da

cautela."

Neste *writ*, a Parte Impetrante alega que não estão presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva e que o decreto prisional não possui fundamentação idônea.

Afirma que o Paciente é primário, com profissão definida e residência fixa no distrito da culpa. Argumenta que *"essas circunstâncias demonstram que o agente não se opõe aos trabalhos investigativos, o que faz concluir que a prisão preventiva ora fustigada não se mostra absolutamente necessária à garantia da ordem pública, da instrução criminal ou da aplicação da Lei penal"* (fl. 17).

Aduz a falta de contemporaneidade do delito imputado ao Paciente e a inexistência de fatos novos a justificar, nesse momento, a necessidade da segregação cautelar, por não atender ao requisito essencial da cautelaridade.

Sustenta, ainda, o excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do Paciente, ainda que lhe sejam impostas as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

O Tribunal estadual, ao manter a prisão preventiva do Paciente, consignou o seguinte (fl. 62):

"[...] o delito de homicídio qualificado supostamente praticado pelo paciente, trata-se de crime de extrema gravidade, considerado hediondo pela legislação vigente, sendo certo que, no caso concreto, o modus operandi revela certa periculosidade do paciente, havendo necessidade de sua segregação cautelar para garantia da ordem pública. Nesse aspecto, a audácia e o completo desprezo do paciente pela integridade da vítima, que foi violada o seu direito a vida, certamente causou temor e repulsa da sociedade, devendo o Estado agir para garantir a ordem pública."

A propósito, o Supremo Tribunal Federal já externou ser *"idôneo o decreto*

*de prisão preventiva quando assentado na garantia da ordem pública, ante a periculosidade do agente, evidenciada não só pela **gravidade in concreto do delito, em razão de seu modus operandi**, mas também pelo risco real da **reiteração delitiva**."* (STF, HC 128.779, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, publicado em 05/10/2016.)

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

4. 'A jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar' (RHC n. 76.929/MG, rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016).

5. *Os fundamentos adotados para a decretação da prisão preventiva indicam, no caso, que as medidas alternativas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.*

6. *Recurso a que se nega provimento.*" (RHC 100.034/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 19/09/2018; sem grifos no original.)

Nos termos da jurisprudência desta Corte, "[e]stando presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, **incabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão**" (RHC 98.965/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 29/08/2018.)

Além disso, o alegado excesso de prazo para a formação da culpa foi afastado pela Corte de origem, porquanto, "*conforme informações prestadas pelo d. magistrado a quo (documento eletrônico de ordem nº10) e em consulta realizada ao sítio eletrônico deste egrégio Tribunal de Justiça (<http://www.tjmg.jus.br>), verifico que a*

Superior Tribunal de Justiça

exordial acusatória foi recebida em 22 de abril de 2019, sendo que foi realizada audiência de instrução e julgamento no dia 18 de julho de 2019 (documento eletrônico de ordem nº17), contudo trata-se de feito complexo, pois após a realização da audiência de instrução, restou necessário a expedição de carta precatória para Comarca de Osasco/SP" (fl. 68).

Somente existe constrangimento ilegal quando o excesso de prazo for motivado pelo descaso injustificado do juízo, o que aparentemente não ocorre na presente hipótese.

Como é cediço:

"[C]onstitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça – STJ que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais." (HC 403.081/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 04/12/2017.)

Concluo que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo de primeira instância sobre a prisão cautelar do Paciente, além da previsão de data para a prolação da sentença, que deverão vir acompanhadas da senha ou chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora